

Questão Nacional e descolonização no mundo árabe: as fontes ideológicas e os projetos políticos no Sudão

Frederico Souza de Queiroz Assis

Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo

Resumo: O artigo tem o objetivo de compreender o processo de geração e consolidação dos movimentos nacionalistas sudaneses enquanto espaços aglutinadores dos anseios individuais de contestação à administração colonial e, sobretudo, enquanto agentes políticos proeminentes de transformação social. Diante do cenário de redimensionamento das relações entre Inglaterra e Egito (países colonizadores do Sudão entre 1898 e 1956), as elites nacionalistas passam a questionar de modo mais eloqüente, a partir da década de 1930, a situação de domínio em que se encontravam, tornando-se um grupo de pressão eficaz de oposição sistemática ao colonialismo anglo-egípcio, a partir da premissa de que se apoderar do Estado e construir a nação seriam fatores indispensáveis para a realização efetiva de suas aspirações políticas. Ainda, o artigo visa identificar as fontes de que os nacionalistas sudaneses bebem: explorar as matrizes ideológicas advindas, sobretudo, do mundo árabe ajuda a reconhecer os elementos que influenciam nas formulações nacionalistas sudanesas, e compõem o repertório de ideias de seus projetos de nação. Em suma, será observado o processo histórico de emergência e consolidação dos nacionalismos no Sudão, os elementos ideológicos que os influenciam, as políticas formuladas em função dessas ideias, suas convergências e inflexões.

Palavras-Chave: Sudão, Nacionalismo, Descolonização, África, Questão Nacional, Mundo Árabe.

Abstract: The article aims to understand the process of generation and consolidation of the sudanese nationalist movements as unifying spaces of the individual desires to challenge the colonial administration, and, especially, as prominent political agents of social

transformation. Beside an environment of the resizing of Britain and Egypt relations (the Sudan colonizing countries between 1898 and 1956), the nationalist elites, from the 1930s, question, in a more eloquent manner, the situation of dominium they were in, beginning an effective pressure group, doing a systematic opposition to the Anglo-Egyptian colonialism, from the premise that to seize the state and build one nation would be indispensable factors for the effective realization of their political aspirations. Still, the article aims to identify the sources that sudanese nationalists are inspired: to explore the ideological frameworks that arise, mainly, from the Arab world helps us to recognize the factors that influence the Sudanese nationalist formulations, and that comprise the repertoire of ideas for their national projects. In sum, it will be observed the historical process of emergence and consolidation of nationalism in the Sudan, the ideological elements that influence them, the policies formulated on the basis of these ideas, their convergence and inflections.

Key-Words: Sudan; Nationalism; Decolonization; Africa; National Question; Arab World.

Introdução

O artigo tem o objetivo de compreender o processo de geração e consolidação dos movimentos nacionalistas sudaneses enquanto espaços aglutinadores dos anseios individuais de contestação à administração colonial e, sobretudo, enquanto agentes políticos proeminentes de transformação social. Diante do cenário de redimensionamento das relações entre Inglaterra e Egito, países colonizadores do Sudão entre 1898 e 1956, as elites nacionalistas passam a questionar de modo mais eloqüente, a partir da década de 1930, a situação de domínio em que se encontravam, tornando-se um grupo de pressão eficaz de oposição sistemática ao colonialismo anglo-egípcio, a partir da premissa de que se apoderar do Estado e construir a nação seriam fatores indispensáveis para a realização efetiva de suas aspirações políticas.

Portanto, mostra-se proveitoso explicar a questão nacional e os processos de *nation-building* levados pelos nacionalismos para a compreensão do processo de descolonização no mundo árabe à época. Será apresentado, então, um breve panorama do debate acadêmico acerca da idéia de nação, uma vez que examinar, sob diversas abordagens teóricas, o que

define uma nação enquanto tal ajuda a elucidar alguns dos dilemas enfrentados pela população sudanesa no Estado pós-colonial como fruto de seu processo de formação.

Ainda, cabe identificar as fontes de que os nacionalistas sudaneses bebem: explorar as matrizes ideológicas advindas, sobretudo, do mundo árabe ajuda a reconhecer os elementos que influenciam nas formulações nacionalistas sudanesas, e compõem o repertório de idéias de seus projetos de nação. Um tema central nos nacionalismos árabes – também presente no Sudão – é a tensão entre planos políticos que buscam uma saída pela unidade pan-árabe, fundamentadas no sentimento de pertencimento a uma história e cultura comuns, e concepções que objetivam a aquisição de soberania estatal com bases territoriais anteriores. No Sudão, este mesmo tipo de divergência (ainda que seus significados tenham contornos próprios) vai levar à faccionalização dos movimentos nacionalistas.

Como o *mainstream* nacionalista no Sudão é originário do norte – e, assim sendo, apresenta raízes árabes ou arabistas –, será enfatizada a influência dos nacionalismos do mundo árabe sobre as elites sudanesas mais do que as linhas africanistas de nacionalismo – estas, com preocupações distintas naquele momento histórico. Em resumo, mostra-se de extrema importância estudar os paradigmas ideológicos provenientes do mundo árabe para entender as origens dos nacionalismos sudaneses e mesmo para identificar as suas peculiaridades¹.

Neste mesmo sentido, será dado destaque ao papel concreto desempenhado pelas elites do Egito quanto aos seus movimentos de independência, exercendo, direta ou indiretamente, uma prática bastante atuante a fim de marcar posição e concretizar seus interesses no Sudão. Em suma, será observado o processo histórico de emergência e consolidação dos nacionalismos no Sudão, os elementos ideológicos que os influenciam, as políticas formuladas em função dessas idéias, suas convergências e inflexões.

A Ideia de Nação: Questões Conceituais e Abordagens Teóricas

Um dos intelectuais mais influentes a respeito do tema das nações e dos nacionalismos, o cientista político Benedict Anderson, afirma a ausência de consenso analítico sobre a chamada “questão nacional”, uma vez que não há, entre os especialistas, uma definição amplamente aceita (2000, p.7); tal constatação acaba por tornar o debate

bastante prolífico, com apreciações não raro controversas, devido à falta de pressupostos rígidos e consentidos por todos. Mesmo no imaginário popular e no senso comum, onde a imagem de nação está firmemente internalizada pelo convívio diário, não é possível, em geral, obter-se respostas rápidas relativas à sua definição. E se divergências teóricas dão ensejo a discussões intensas no campo acadêmico, em contextos sociais específicos as discordâncias podem se mostrar fatores geradores de instabilidade (passíveis até de se desdobrarem em violência física), na medida em que elementos como nação, nacionalidade, Estado, território e etnicidade podem ser reivindicados, com inconsistência, por grupos políticos a fim de conseguir seus objetivos por meio da luta armada.

Pode-se assinalar que uma discordância premente no meio acadêmico – e que vai nortear os projetos dos movimentos nacionalistas – é a questão das origens históricas das nações; de tal modo que, de forma genérica, é possível encaixar as diferentes visões em três grandes grupos, qual sejam, os modernistas, os essencialistas e os etno-simbolistas. Os primeiros – os quais existem em grande número e possuem boa influência no meio acadêmico – referem-se à nação como sendo, conforme o rótulo sugere, um fruto da *modernidade*; os segundos, por sua vez, acreditam no caráter perene da nação, configuração que, para eles, é existente desde os primórdios da humanidade, e, portanto, *essencial* ao desenvolvimento de todas as sociedades; os últimos realizam uma espécie de síntese dos dois primeiros, ou seja, crêem na atualidade do conceito, mas conferem importante peso a categorias *étnicas* pré-existentes na percepção do “homem nacional”².

Como indica o historiador inglês Eric Hobsbawm (1990, pp.27-56), o termo “nação” vem adquirindo novos significados ao longo dos tempos, sendo que, somente no final do século XIX, se poderia identificar uma dimensão político-governamental em sua definição. O Dicionário da Real Academia Espanhola, antes de 1884, definia a palavra como “o agregado de habitantes de uma província, país ou reino; um estrangeiro” (associando a palavra à acepção de *nascimento*), sem apresentar o sentido moderno que a qualifica como um corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum, e também o território constituído por esse Estado e seus habitantes (Hobsbawm, p.27). Assim, a idéia de nação passa paulatinamente a se vincular com o elemento território, dando surgimento ao *Estado-nação territorial*. Para Hobsbawm, o “princípio da nacionalidade” implica na noção de independência e unidade política, ou seja, um corpo de

cidadãos cuja soberania coletiva os constituía enquanto Estado. Este fenômeno seria historicamente recente: a mudança abrupta no cenário pós-1918 (com o final da Primeira Guerra Mundial), com a queda dos impérios Hohenzollern, Habsburgo, Romanov e Otomano, faz surgir, nas palavras de Anderson (2000), “dos escombros da periferia uma multiplicidade de pequenos e fracos Estados-nacionais”; e, assim, os pressupostos de 1918 (como os 14 pontos de Wilson) passaram a existir, na África e na Ásia, sob o signo da nacionalização³. Tal difusão geográfica das idéias nacionalistas ocorre, em geral, de maneira “ocidentalizada”, isto é, os grupos políticos que levam a cabo projetos de auto-governo – por meio da luta por independência e construção do Estado-nação – reclinam-se nas categorias e linguagens européias.

Entretanto, a idéia nacional, enquanto formulada por seus pregadores, não coincidia necessariamente com a real auto-identificação do povo em questão (Hobsbawm, 1990, p.162), dado que, tanto na Europa quanto nos povos africanos e asiáticos, a heterogeneidade étnica, muitas vezes, não era compatível com o projeto de unidade dos territórios⁴ – fenômeno perceptível no Sudão. Com efeito, para Hobsbawm, não são as nações que formam os Estados e nacionalismos, mas sim o oposto. O caso de instabilidade do Sudão, a seu ver, pode ser comparável à conformação étnica e social de países como a Nigéria e o Chipre, onde o poder estabelecido nas mãos de uma única comunidade hegemônica que cria a nação dá condições a irrupção de conflitos armados (p.182).

O processo de descolonização afro-asiática propiciou um grande interesse de intelectuais – sobretudo dos países do centro do sistema internacional, ainda que se verifique o desabrochar de um pensamento proveniente das regiões periféricas – no que diz respeito aos estudos sobre as nações e nacionalismos, fenômeno que dá condições ao florescimento de novas formulações teóricas que atualizassem o conteúdo de outras pesquisas já existentes sobre o tema, em virtude das mudanças na realidade mundial ocorridas ao longo do tempo⁵. Tendo em vista tais contribuições, deve-se, para compreensão dos processos de construção da nação, identificar como as correntes nacionalistas do mundo árabe em geral – e dos nacionalismos sudaneses em particular – apropriam-se do substrato teórico relativo às nações e nacionalismos para fundamentar sua luta por autonomia política; bem como examinar se tais conceitos se coadunam com a

realidade social, política e cultural dos povos engajados na construção de seus respectivos Estado-nação.

O Mundo Árabe e as Fontes Ideológicas dos Nacionalismos Sudaneses

Dentre os povos asiáticos e africanos, sujeitos ao jugo colonial, somente se pode refletir sobre o desenvolvimento de idéias e movimentos nacionalistas a partir da aceitação do caráter “difusionista” daquelas categorias, isto é, as elites dominadas não raro adotam e adaptam os conceitos importados, de modo que só se mostra possível florescer em circunstâncias específicas do imperialismo (Smith, 2000, p.186). De modo crítico, pode-se atentar para o aspecto altamente elitista de muitas revoltas anti-coloniais e movimentos de auto-determinação nacional: a maioria dos líderes contestadores da ordem colonial pertencia a grupos sociais letrados e que, portanto, tinha contato com idéias ocidentais, por exemplo, pela realização de estudos superiores nas metrópoles. Por vezes, ainda, tais grupos dominantes, beneficiados com a estruturação da sociedade, acabaram por instrumentalizar as lutas políticas de forma “metonímica”, apresentando seus interesses particulares como sendo de todo o povo. Para além das atitudes das elites, a fim de se compreender de modo mais vasto a aceitação da entidade nacional na África e na Ásia, deve-se lembrar do evidente caráter impositivo da dominação colonial: de maneira drástica, o projeto colonizador pode modificar modos de vida, alterar configurações sociais, substituir lealdades políticas, acirrar tensões culturais, forjar identidades coletivas, desenvolver ações de proselitismo religioso, promover revoluções lingüísticas e educacionais etc. Em suma, a chegada do sistema de colonização cria novas expectativas, modela consciências individuais e coletivas, em diferentes graus e formas, conforme potencializar sua penetração; assim, inevitavelmente, derivam conseqüências sobre as mentalidades do colonizado, tal como é a consolidação da idéia ocidental de nação. Deste modo, voluntária ou involuntariamente, como argumenta o indiano Partha Chatterjee (2000), o mundo colonial apresenta-se como perpétuo consumidor da modernidade, no sentido em que mesmo sua imaginação nacional também é colonizada.

Nesse sentido, no mundo árabe (parte da órbita colonizada) verifica-se a presença de estruturas sócio-culturais precedentes (ou mesmo simultâneas) ao colonialismo que adquirem diferentes significados com a apropriação destas novas categorias ocidentais.

Rashid Khalidi (1991; 1993) observa que o “arabismo” já existia como sentimento de proximidade cultural, mas sem uma demanda atrelada à unidade política e soberania; o desdobramento desta concepção deságua nas doutrinas do “pan-arabismo” e do “nacional arabismo”, vertentes que, muito embora cheguem a conclusões distintas (que serão expostas a seguir), tem como objetivo a conquista de unidade política, a partir da premissa de que todos os árabes compartilham de uma história em comum. As novas ideias transcendem a noção de *Umma* islâmica⁶, comunidade religiosa onde inexistente a divisão territorial; também não se relacionam com associações políticas “paroquiais”, onde o localismo “tribal” é o alicerce das lealdades sociais (Vicenzi, 2006). Ao contrário, os novos projetos visam superar as barreiras historicamente construídas, invocando a adoção dos ideais nacionalistas ou pan-arabistas pelo Magreb (árabes do norte da África), Vale do Nilo (Egito e Sudão) e Mashreq (península arábica).

Como foi dito, as ideologias que tratam da questão nacional no mundo árabe influenciam de modo significativo a constituição dos nacionalismos sudaneses, de modo que se mostra importante identificar seus aspectos histórico-conceituais. A trajetória histórica dos nacionalismos árabes pode ser dividida, conforme indica Vicenzi (2006) em três etapas. Nessas fases, pode-se assinalar o processo de inserção de idéias européias no mundo árabe, tais como o liberalismo, o culturalismo germânico, e o socialismo (Anderson, 2000). Os nacionalismos árabes originam-se na segunda metade do século XIX, a partir da conscientização da identidade cultural compartilhada, ainda de modo bastante rudimentar e pouco disseminado nos meios letrados. A segunda etapa inicia-se no interregno da Primeira Guerra Mundial, em função da revolta de 1916⁷ e do papel dos árabes na guerra (ao lado de ingleses e franceses, contra os turco-otomanos), o que confere traços mais políticos ao arabismo, em detrimento dos então predominantes aspectos culturais. Este momento de transição enfatiza a educação como fator de divulgação da identidade política árabe; nota-se os esforços de Faysal na Síria (país berço do nacionalismo árabe), além dos trabalhos, nas décadas seguintes (principalmente nos anos 30 e 40), de intelectuais como o sírio Edmond Rabbath, o libanês Constantin Zurayq, o também libanês Abdallah al-Alayili e o sírio Sati al-Husri, este o mais importante ideólogo dos nacionalismos árabes, muito influente entre as classes letradas. A idéia de nação natural (supracitada como “corrente essencialista”), proveniente do pensamento germânico, ganha força em relação à concepção de nação por

contrato, mais presente em obras francesas. Husri adapta visão nacional-culturalista alemã (de Herder e Fichte), no sentido de aferir um teor de imemorialidade à nação árabe. Neste contexto, cabe ressaltar que o Egito e o Sudão ainda não eram pensados como parte efetiva da grande nação árabe; somente a partir de 1936, com a revolta palestina, o isolamento tradicional dos dois países se rompe (o Sudão, na verdade, ainda se mantém relativamente distante), passando a participar com maior intensidade na agenda política dos movimentos nacionalistas⁸. A terceira fase dos movimentos advém da criação do Estado de Israel, em 1948, tendo como decorrência a frustração com a “era liberal árabe” (Hourani, 2005). Deste modo, inicia-se um revisionismo socialista, a partir da percepção de que os ingleses eram colaboradores do projeto sionista, o que corresponde à transformação da natureza dos movimentos, e que manifestam, agora, uma postura marcadamente revolucionária. Assim, com Israel apresentando-se como motor das ações árabes – na medida em que determinava novos padrões comportamentais –, há um crescente processo de militarização dos agentes políticos árabes⁹.

Com a extrema relevância da questão da ameaça externa, no pós-1948, o Egito (que, como se sabe, detem o estatuto formal de colonizador do Sudão) transforma-se na vanguarda dos movimentos, em função do papel desempenhado pelo líder carismático (de todos os árabes) Gamal Abdel Nasser. Em poucos anos, o Egito saía da margem da discussão pan-arabista (até então o único tema concernente ao país nos debates intelectuais árabes era o se deveria integrar ou não o Sudão a seu território) e tornava-se um de seus maiores líderes (Barnett, 1998, p.77). Além do “nasserismo”, assiste-se, nas décadas de 50 e 60, o surgimento do famoso Partido Baath (que significa “renascimento”), fruto do pensamento dos sírios Michael Aflaq e Salah al-Bitar, transformando-se em importante partido na Síria e no Iraque (embora tenha existido em vários outros países, como no próprio Sudão).

Um tópico fundamental que dividia opiniões entre os arabistas, como foi indicado, dizia respeito à união de todos os árabes ou sua fragmentação em Estados depois da queda do Império Otomano. A primeira visão, presente no projeto político pan-arabista, considera que o *Mandate System*, proporcionado pelo Tratado de Sykes-Picot¹⁰, havia dividido territorialmente a cultura árabe conforme os interesses específicos dos colonizadores europeus e, portanto, dever-se-ia lutar pela reunião dos povos separados artificialmente. A

segunda visão, advogada pelo nacional arabismo, proclama independência dos países árabes com base na territorialidade pré-estabelecida¹¹, de tal modo que os proponentes desta tese (que tem maioria dentre os movimentos) emulam o modelo ocidental de Estado-nação (Barnett, 1998, p.67). Tal divisão – do conflito entre busca de unidade árabe e soberania estatal-territorial – também persiste no interior dos nacionalismos do Sudão: nota-se a emergência de movimentos políticos que bebem dos mananciais ideológicos árabes, como o pan-arabismo e o nacionalismo árabe, de modo a alicerçar seus projetos de nação, freqüentemente adequando aquelas idéias ao contexto sócio-cultural sudanês, como será visto com mais detalhes a seguir. A idéia de nação imemorial, por exemplo, é evocada pelos nacionalistas que proclamam a unidade do vale do Nilo desde os primórdios da humanidade, apropriando-se de categorias pan-arabistas e noções essencialistas; enquanto outros grupos nacionalistas sustentam-se nos projetos que levam em conta a territorialidade, reclamando, então, a posse efetiva da circunscrição sudanesa forjada pelo colonialismo britânico.

O Desenvolvimento dos Nacionalismos Sudaneses (1936-1956)

Na sociedade sudanesa, o momento do aparecimento de ímpetus patrióticos revelados por indivíduos isolados e da formação de agrupamentos proto-nacionalistas é muito anterior à década de 1930 (verificáveis já no final da década de 1910, nutridos por eventos históricos como o final da Primeira Guerra Mundial e o processo revolucionário egípcio); e mesmo formas mais sólidas de manifestação nacionalista (do ponto de vista da organização política e influência social) foram constituídas antes deste período (vide a efervescência sócio-política que ocorreu no Sudão em 1924). Contudo, circunstancialmente, somente a partir de 1936 pode-se observar, sobretudo no norte do Sudão, atos contestadores materializados em entes políticos coletivos, articulados a parcelas da sociedade, com projetos de nação de maior alcance e que desempenham um papel importante na desestruturação do Condomínio Anglo-Egípcio, com o propósito da obtenção de independência política; ou seja, no pós-1936 apresentam-se como movimentos consolidados de oposição ao regime colonial.

O momento que dá início à fase de consolidação dos movimentos nacionalistas é, certamente, o Tratado Anglo-Egípcio de 1936, o qual redefinía as relações entre os agentes colonizadores Inglaterra e Egito. O Tratado é assinado em agosto de 1936 devido a motivações externas: alterações na conjuntura internacional (notadamente a intervenção militar italiana no Chifre da África) estimulavam que se resguardassem os interesses regionais mútuos, empurrando os dois países a um movimento de reaproximação política e diplomática. Um dos tópicos fundamentais do Tratado dizia respeito ao status do Sudão nos respectivos projetos coloniais. No entanto, a questão controversa e potencialmente conflitiva, foi negociada entre os dois países, de modo surpreendente, em pouco mais de uma semana (Daly, 2003, p.51), tendo sido discorrida ponto-a-ponto em seu artigo 11, com concessões a ambos os lados – mas que, no fundo, retomava as primeiras intenções de domínio conjunto declaradas já em 1899. Em seu processo de formulação, as elites sudanesas são categoricamente excluídas da participação direta nas negociações, bem como têm suas opiniões integralmente negligenciadas, havendo, como decorrência, uma ampla desaprovação das disposições do Tratado nos setores sociais. Deste modo, a rejeição ao Tratado, compartilhada pelos diversos segmentos elitistas, fortalecia o movimento nacionalista como um todo, o que edificaria, segundo o nortista Rahim (1969), de modo processual, uma “nova era” na história do Sudão. Assim, o novo tratado entre os colonizadores acaba por ressaltar, para as classes educadas, a importância de apresentar ao governo uma frente suficientemente unida que pudesse reclamar para si um papel de porta-voz dos sudaneses (Daly; Holt, 2000, p.124).

Diante desse quadro de descontentamento geral, é fundado o *Graduates' General Congress* (Congresso Geral dos Diplomados), o qual, baseado no modelo indiano de organização, visa canalizar os esforços coletivos que buscavam o caminho à independência, vendo a si mesmos como embriões de um Parlamento sudanês. O Congresso é formado por um grupo seletivo de indivíduos educados na Gordon College, instituição desenhada pelos ingleses para ser uma virtual máquina de “effendis”¹², que iria produzir homens “modernos” que tivessem suficiente familiaridade com os modos britânicos e objetivos para desempenhar trabalhos no regime anglo-egípcio (Sharkey, 2003, p.65). Os estudantes da Gordon College – chamada de “The Eton of Sudan”¹³ e de “Manchester by the Nile” – eram inseridos em uma densa atmosfera de “ocidentalização”, em função do projeto inglês

de aculturação pela educação, de modo que participam de diversas atividades pedagógicas, tal como a prática esportiva que disseminasse a ética dos jogos, que proporcionasse o caráter de disciplinação dos corpos e estimulasse a cultura esportiva do ocidente (por meio de hierarquizações, pódios e espírito de equipe); assim, eram ensinados o futebol, o tênis, o tênis-de-mesa e o vôlei¹⁴. Com efeito, os estudantes egressos da Gordon College, formados por uma cultura ocidental, apropriam-se do substrato profissionalizante concedido pela instituição – que os transformava em burocratas de Estado – e, a partir da percepção de que eram líderes na sociedade sudanesa, convertem seu poder político e intelectual no sentido de contestar a dominação inglesa – o que acaba por contrariar os interesses iniciais britânicos (Sharkey, 2003). Deste modo, a aglutinação de indivíduos desfavoráveis à ordem estabelecida, por meio da elaboração do Congresso Geral dos Diplomados, é sintomática das intenções emancipatórias das elites educadas do norte do Sudão. O governo, no entanto, não reconhecia seu papel como corpo político representativo, vendo o Congresso apenas como uma “organização semi-pública” de caráter filantrópico, relacionada a assuntos públicos, muito embora ambos tivessem mantido, durante os primeiros anos, relações satisfatoriamente amistosas (Rahim, 1969, p. 126) – mesmo porque, até certo ponto, o regime colonial desejava dialogar com a elite educada para funções administrativas, advindas de suas instituições de ensino.

Deve-se enfatizar – fundamentados pela linha de argumentação de Sharkey (2008) – que as políticas educacionais da administração colonial obtiveram conseqüências sociais de longo-termo: os britânicos cultivaram um pequeno grupo de homens que tinham um conhecimento de leitura e *know-how* político capazes de desenvolver e articular ideologias nacionalistas; de modo não-surpreendente, estes homens, que levariam a cabo o processo de independência do país, definiram a nação sudanesa conforme sua imagem social, a saber, como uma comunidade *árabe-islâmica*. Em uma visão diferente, O’Fahey (1996) aponta que tais movimentos nacionalistas das décadas de 30 e 40 ainda se caracterizavam por serem supra-étnicos: diante do contexto complexo de luta anti-colonial (subjugados por duas nações colonizadoras), os líderes sudaneses ainda não propunham políticas “islamistas”, embora fossem formuladas por muçulmanos.

No conjunto, segundo Sharkey (2003; 2008), são, realmente, os nacionalismos de 30 e 40, expressos por meio das abordagens da literatura árabe, que tornam possível falar, pela

primeira vez, em “árabes sudaneses”. Os proponentes dos nacionalismos adotaram esse uso lingüístico e expandiram-no, procurando enobrecer o termo “sudanês”, como sinal de identidade nacional. Desta forma, desabrocha no Sudão uma literatura propriamente sudanesa e nacionalista (oriunda do norte). Um ponto basal para o desenvolvimento de uma literatura que alimentasse os movimentos nacionalistas pode ser identificado em 1927, quando o poeta Hamza al-Malik Tambal manifesta em um jornal de Cartum que o país poderia ter uma literatura árabe distinta, que levasse em conta as especificidades da região. Na busca de uma autenticidade local, escritores tentam retratar os costumes folclóricos do norte do país, por exemplo, como faz o nacionalista Muhammad Said al-Abbasi, o qual relata a vida dos beduínos sudaneses por uma visão romantizada. Ainda, na década de 1940, surgem abordagens que enfatizam a natureza “híbrida” das etnias na nação sudanesa, em articulação com a justificativa de seu projeto de obtenção do poder, mostrando ao governo colonial que detinham uma visão holística sobre todo o território. Nesta corrente, nota-se o destaque do literato Muhammad Ahmad Mahjub, um líder nacionalista (que viria a ser Primeiro Ministro) que realça a fusão de traços “indígenas” negros, árabes, turcos, asiáticos, abissínicos, egípcios, núbios e magrebinos na constituição da sociedade sudanesa. Por último, pode-se assinalar, no início dos anos 50, a proeminência de nacionalistas como Rahman Taha, que almejavam transformar suas idéias literárias em políticas efetivas de libertação nacional¹⁵. De modo geral, pode-se afirmar que as políticas educacionais inglesas favoreceram o aparecimento uma pequena elite letrada e transfere (voluntária ou involuntariamente) o poder para tal grupo monocultural que, consciente de sua alegada identidade sudanesa, produz e aparelha-se de instituições políticas de alcance nacional como é o caso do Congresso Geral dos Diplomados.

O Congresso, composto mais pelos grupos moderados do que pelos radicais unionistas – ainda que estes estivessem lá marcando sua posição política –, é controlado, no início da década de 40, pelos seguidores do mahdista Rahman¹⁶. Como se pode observar, o movimento de independência sudanês já apresenta, desde o início de seu processo de consolidação, um complexo amalgama de fatores contraditórios que são ambos indicativos das clivagens sociais existentes (Deng, 1995) – muito embora as divergências políticas e ideológicas estivessem, neste contexto, eclipsadas em favor da sedimentação do Congresso. Em geral, o nacionalismo nos povos subjogados exhibe a crença de que fronteiras coloniais

encerraram uma comunidade política de pessoas que compartilhavam de uma herança e destino político e, deste modo, as elites nacionalistas sudanesas manipulam a idéia de nação em conformidade com seus interesses grupais específicos, qual seja, nesta conjuntura histórica, estruturar o Estado-nação sob os pilares do arabismo e islamismo (Sharkey, 2003).

De modo assertivo, em 3 de abril de 1942, o Congresso Geral dos Diplomados redige ao governo colonial um *memorandum* contendo doze demandas, dando especial destaque à primeira delas: a autodeterminação do país. Contudo, a administração colonial, por meio de seu Secretário-Civil Douglas Newbold, responde de modo negativo e, enfaticamente, retira qualquer forma de confiança antes creditada ao Congresso. Com a perda de legitimidade – que dá ensejo a uma crise interna –, desvela-se a fratura no Congresso Geral dos Diplomados, que se divide em duas alas principais: os “duros” e os “moderados”. Basicamente, os primeiros constituíam-se dos indivíduos unionistas – que agiam sob a crença na “Unidade do Vale do Nilo” – e os últimos compunham-se dos velhos adeptos do mahdismo – os quais operavam sob o lema “Sudão para os Sudaneses” –, fenômeno que implica no fim do movimento nacionalista não-sectário (Rahim, 1969) que existia antes, ainda que acordado tacitamente. Ambos sustentavam-se na politização nacionalista do arabismo (sentimento de pertencimento histórico e cultural ao mundo árabe): os primeiros apoiavam-se em princípios ideológicos pan-arabistas; enquanto os últimos amparavam-se em bases políticas territoriais (Deng, 1995)¹⁷. A fissura entre líderes religioso-políticos provocou um impacto debilitante na vida política pré-independência, o que desemboca na época pós-colonial na existência de “feudos estéreis de sectarismo” (Maghoub, 1974).

De modo subsequente, no processo de faccionalização do nacionalismo, formam-se partidos políticos correspondentes a cada projeto de nação, sendo o primeiro deles o *Partido Ashigga*, de 1943, sob o comando de Ismail Azhari (militante pró-Egito)¹⁸, que recebe sustentação financeira de indivíduos egípcios, e que ganha apoio político do unionista histórico Mirghani¹⁹. Em 1945, sob a direção de Rahman, constitui-se o *Partido Umma* (que significa Partido do Povo), financiado majoritariamente pela família Mahdi, o qual pregava a independência completa do Sudão e obtinha, com esse apelo, maior adesão popular (Daly; Holt, 2000, p.127) – muito embora os nacionalismos, seja na sua vertente

pan-arabista, seja na sua vertente sudanesa, nunca tivessem conseguido real apoio das massas (Johnson, 2005)²⁰.

No meio tempo da formação dos principais partidos, entre 1943 e 1945, a administração colonial estabelece o *Advisory Council for Northern Sudan Order*, com o objetivo de realizar acordos com os nacionalistas do Sudão, como tentativa de revitalizar o campo das negociações. Entretanto, tal conselho consultivo mostra-se pouco representativo, contando com a participação de membros sudaneses ligados de alguma forma ao regime colonial (Ki-Zerbo, 1972) e, portanto, não adquire nenhuma legitimidade frente àqueles primeiros movimentos.

Outro fator importante para a solidificação dos nacionalismos sudaneses é o término da Segunda Guerra Mundial, na qual os africanos como um todo, mas os sudaneses em especial, desempenharam um papel muito mais direto que na Primeira Guerra: por exemplo, tropas sudanesas atuaram, em 1941, na Batalha de Keren, onde, com uma força mista inglesa e indiana, ajudaram a combater os italianos na Eritrêa. No conjunto, a Segunda Guerra contribui para o fortalecimento dos nacionalismos na medida em que ajuda a difundir uma mentalidade anti-colonial, por meio dos contatos com outros povos, bem como pela massiva propaganda política de defesa da descolonização por parte dos Estados Unidos e da União Soviética, protagonistas da nova ordem internacional que iria se estabelecer. Além disso, havia a influência concreta da Carta do Atlântico, de 1941, e da Carta das Nações Unidas, de 1945, as quais alimentavam nos povos da periferia do sistema internacional o espírito de autodeterminação, democracia e liberdade (ao menos no plano formal e nas suas acepções ocidentais contemporâneas), como se sentissem obrigados a garantir aos africanos uma compensação política, econômica e social em troca de seu esforço na guerra (Coquery-Vidrovitch; Moniot, 1976, pp.125-126).

De modo específico, o fim da Segunda Guerra tem grande impacto no Sudão, uma vez que coloca na mesa, novamente, a questão do status da soberania no país. Assim, o Egito – que pela primeira vez estava interferindo de modo mais efetivo nos assuntos de política doméstica em toda a história do Condomínio – propõe formalmente renegociar o Tratado de 1936, como forma de concessão política inglesa, dada a primazia da questão de Suez nos seus interesses estratégicos (Johnson, 2005), tendo conseguido formar, assim, em março de 1946, uma delegação supra-partidária sudanesa para negociar no Cairo. As

negociações, no entanto, rompem-se em janeiro de 1947, devido à pressão egípcia para a união definitiva com o país, e, para tanto, reconhece somente os unionistas como porta-vozes do Sudão; e a Inglaterra, por sua vez, tenta frear os ânimos dos nacionalistas unionistas, valorizando, em contrapartida, os agentes defensores da saída política com base na territorialidade, dando seu apoio ao Umma para se opor aos anseios egípcios, ao preço do progresso constitucional acelerar-se (Woodward, 1981)²¹.

Considerações Finais

Em resumo, extrai-se que o processo de construção do Estado-nação sudanês levado a cabo pelas elites letradas nortistas, fragmentadas em duas metades, produz uma identidade nacional como resultado da sua luta contra domínio colonial, modelada na medida em que as facções nacionalistas representativas participaram das ações contestadoras e dividiram os frutos da independência (Deng, 1995, p.101). Neste contexto de maior acessibilidade às instituições governamentais apenas aos nortistas, estabelece-se um nexos crucial para a compreensão dos confrontos armados que vão eclodir entre o norte e o sul do Sudão. A partir da observação do processo de formação do Estado-nação sudanês, com a virtualidade da independência (que viria a ocorrer em 1956), pode-se identificar o desenvolvimento de mecanismos de exclusão que não incorporam setores populacionais (distintos social, étnica e culturalmente), sobretudo do sul do país, ao eixo político estatal (pela participação efetiva na esfera pública), o que aprofunda o senso de não-pertencimento do sul à nacionalidade sudanesa proclamada pelas elites árabes nortistas, conferindo, portanto, pouca legitimidade ao Estado em construção; tal descontentamento vai se materializar na eclosão de conflitos armados entre as regiões do Sudão, os quais vão perdurar por décadas.

¹ Nota-se muito facilmente a ausência do Sudão nas obras que tratam dos países árabes, pouco abordado mesmo em exemplificações. Em contrapartida, vê-se a prevalência de outros países, como o Egito, a Síria, o Iraque e a Palestina.

² Apenas para mencionar alguns expoentes das correntes: Modernistas (Ernest Gellner, Elie Kedourie, Tom Nairn, Eric Hobsbawm e o próprio Benedict Anderson, entre outros), Essencialistas (Clifford Geertz, Walker Connor, Pierre van den Berghe, entre outros) e Etno-simbolistas (principalmente Anthony Smith).

³ Também para Hobsbawm o apogeu dos nacionalismos se dá entre 1918 e 1950.

⁴ Quanto à Europa, por exemplo, nota-se a diversidade de povos em territórios unos, tais como a Espanha, a então Tchecoslováquia, a Romênia e, principalmente, a antiga Iugoslávia.

⁵ O novo debate – que será apresentado de maneira bastante panorâmica – é inaugurado no primeiro quarto do século XX, na década de 20, com Hans Kohn e Carlton Hayes, os quais qualificam as nações entre “boas” e “más”, demonstrando, claramente, uma visão de mundo que leva em conta oposições binárias típicas. Na década de 30, tem-se a figura do cientista político Edward Carr, que pensa a questão dos Estados-nação em termos realistas (no sentido político do termo) e eurocêntricos. Avançando um pouco no tempo, na década de 50, nota-se a importância de Louis Snyder e nos anos 60, vê-se o destaque de autores tchecos como Ernst Gellner (que coloca o processo de industrialização como fator nuclear para o aparecimento das nações) e Miroslav Hroch. Nos anos 70, assiste-se a uma crescente complexificação do tema, ocasionada, principalmente, pelas novas perspectivas trazidas pelo pensamento de Anthony Smith (uma espécie de intelectual anti-gellneriano), além das obras Hugh Seton-Watson (cuja tipologia é bastante influente) e Elie Kedourie (o qual assinala o papel da religião como base sócio-psicológica das nações). Na década de 80, nota-se o aparecimento de várias perspectivas revisionistas relativas ao tema, como a de John Breuilly (que se caracteriza pela negação do sociologismo de Gellner e do continuísmo de Smith, dando relevo à dimensão política da sociedade), do teórico indiano Partha Chatterjee (que articula o processo de construção nacional ao imperialismo e à questão da dominação colonial, interpretando a existência da nação no mundo colonizado sob a baliza da “inautenticidade”), do próprio Benedict Anderson, que passa a ser o principal interlocutor do debate, que considera a nação como abstração (narração e construção seriam feitas no plano imaginário, propiciadas pelo desenvolvimento do capitalismo editorial) e do já citado Eric Hobsbawm e Terence Ranger (cuja concepção subjetiva da nação moderna é enfatizada), que debatem com o escocês Tom Nairn (que segue por uma linha mais economicista), sendo este último otimista quanto aos novos nacionalismos europeus, enquanto os primeiros tendem a se posicionar de maneira mais pessimista. Ainda, cabe mencionar as contribuições recentes de Michael Mann e Jürgen Habermas no que tange às características contemporâneas do Estado-nação (Anderson, 2000; Smith, 2000).

⁶ Muito embora vários líderes nacionalistas façam alusão ao termo *Umma* em discursos em favor da unidade nacional.

⁷ A chamada Revolta de 1916 (que vai até 1918) foi iniciada por Hussein bin Ali, na península arábica, com o intuito de conseguir a independência dos turco-otomanos e criar um Estado árabe unificado, desde a Síria até o Iêmen.

⁸ Deve-se mencionar, ainda, a fundação da Liga dos Estados Árabes, em 1945, na cidade do Cairo, com o intuito de reforçar os laços políticos, econômicos e culturais entre os países.

⁹ No Sudão, a tomada de poder por militares verifica-se em 1958, por um golpe liderado pelo General Ibrahim Abboud.

¹⁰ O Tratado de Sykes-Picot foi assinado, de modo secreto, entre Inglaterra e França, em 1916, para definir suas esferas de influência no Oriente Médio, com a expectativa da queda do Império Otomano.

¹¹ Nesta visão, as divisões existiam, muitas vezes, antes mesmo da divisão colonial, verificável nos casos da Arábia Saudita, Iêmen, Egito e Líbano; embora eles levassem em conta a formação de países por meio da invenção colonial, como o caso do Iraque, Jordânia e Síria.

¹² Effendi é o termo que designa, no Oriente Médio, os homens empregados no governo; na Índia, o termo utilizado é Babu; e na África Negra, nativos europeizados.

¹³ Em alusão à Eton School, escola famosa e centenária que forma a elite britânica.

¹⁴ Heather Sharkey (2003, p.56), ainda, descreve a cultura de vestimentas, de palavras e de imagens (por meio de fotografia e filmes) como ferramentas de exploração e conquista desempenhadas pelo sistema colonial.

¹⁵ Evidentemente, há uma série de outros escritores e poetas vinculados com a causa nacional sudanesa que não foram mencionados.

¹⁶ Filho do líder religioso Muhammad Ahmad, autoproclamado de o Mahdi (o Esperado), que conduziu uma revolta nacionalista que culminou na queda de Cartum, em 1885, estabelecendo o Estado mahdista, baseado em preceitos islâmicos tradicionais.

¹⁷ Ver Hasabu; Majid (1985).

¹⁸ Azhari, professor da Gordon College, estuda em Beirute e volta influenciado pelas idéias pan-arabistas.

¹⁹ Com apoio de Mirghani e da Khatmiyya, em 1944, Azhari começa a vislumbrar algum futuro para os Ashigga, até então com uma base política relativamente limitada (Daly; Holt, 2000, p.126).

²⁰ Woodward (1981) também aponta a pequena participação e apoio das massas no processo de independência, mesmo sob o ponto de vista da democracia liberal: o Sudão não teve nenhuma eleição até 1952.

²¹ Este se mostra um momento histórico bastante tenso, ocorrendo muitos conflitos entre partidários, suscitados, em especial, pelo descontentamento do Partido Umma com o encaminhamento da questão.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. Introdução. In: BALAKHRISNAN, Gopal (org). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.

BARNETT, Michael N. *Dialogues in Arab Politics*. New York: Columbia University Press, 1998.

CHATERJEE, Partha. Comunidade Imaginada por Quem?. In: BALAKHRISNAN, Gopal (org). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine; MONIOT, H. *Africa Negra: de 1800 a Nuestros Días*. Barcelona: Editorial Labor, 1976.

DALY, Martin W. *Imperial Sudan: the Anglo-Egyptian Condominium: 1934-1956*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DALY, Martin W., HOLT, Peter M. *A History of the Sudan: From the Coming of Islam to the Present Day*. London: Longman, 2000.

DENG, Francis M. *War of Visions: Conflicts of Identities in the Sudan*. Washington: Brookings Institution Press, 1995.

HASABU, Abu; MAJID, Afaf Abdel. *The Factional Conflict in the Sudanese National Movement, 1918-1948*. Khartoum: Graduate College, University of Khartoum, 1985.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

HOURLANI, Albert. *O Pensamento Árabe na Era Liberal (1789-1939)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JOHNSON, Douglas Hamilton. *The Root Causes of Sudan's Civil Wars*. Bloomington: Indiana University Press, 2005.

KHALIDI, Rashid. Arab Nationalism: Historical Problems in the Literature. *The American Historical Review* 96 (5): 1363-1373, 1991.

KHALIDI, Rashid. *The Origins of Arab Nationalism*. New York: Columbia University Press, 1993.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa: Europa-América, 1991, vol. II.

MAGHOUB, Mohamed Ahmed. *Democracy on Trial: Reflections on Arab and African Politics*. London: Andre Deutsch, 1974.

O'FAHEY, R. S. Islam and Ethnicity in the Sudan. *Journal of Religion in Africa*, Vol. 26 (3), pp. 258-267, Aug., 1996.

RAHIM, Muddathir Abdel. Arabism, Africanism, and Self-Identification in the Sudan. *The Journal of Modern African Studies* 8 (2): 233-249, 1969.

SHARKEY, Heather. *Living with Colonialism: Nationalism and Culture in the Anglo-Egyptian Sudan*. Berkeley: University of California Press, 2003.

SMITH, Anthony D. O Nacionalismo e os Historiadores. In: BALAKHRISNAN, Gopal (org). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.

VICENZI, Roberta Aragoni Nogueira. Nacionalismo Árabe: Apogeu e Declínio. Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política, USP, 2006.

WOODWARD, Peter. Nationalism and Opposition in Sudan. *African Affairs* 80(320): 379-388, 1981.